



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO 14/804.130-2

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 980 - 09/12/2014 11:04



14/804.130-2

1
34

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300023907

Código da Natureza Jurídica

2046

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME:

MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143598868534

Nº DE CÓDIGO
VIAS DO ATO

CÓDIGO

DO EVENTO

QTDE

DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1 980 - - ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE

Local

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

5 Dezembro 2014

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

11/12/2014
Data

Responsável

☐ NÃO
Data

☐ NÃO
Data

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

☐ Processo deferido

☐ Processo indeferido



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.197-0/000

EM 12/12/2014

MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.#

PROTOCOLO: 14/804.130-2

AN1538602

ência

4ª Exigência
Mariana de Manda V. V. D. Flores
Analista de Registro Empresarial
MASP 10471597-7

a

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

12/12/14
Data

Vogal

Nacib Hetti

Presidente da

Carlos Alberto Homem

Vogal

4ª Turma

Ailton Gomes Salim

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5427967 em 12/12/2014 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 148041302 - 09/12/2014. Autenticação: 17F777CB6AD1E8D2655DB75E2E3BC9136B4A8FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/804.130-2 e o código de segurança 8Q7H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/34

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES,
DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CELEBRADO ENTRE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

03 DE DEZEMBRO DE 2014



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES,
DA MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 31.300.023.907, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.00014373 ("Agente Fiduciário"), nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, da MRV Engenharia e Participações S.A." (respectivamente, "Escritura" e "Emissão"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão é realizada, e a presente Escritura é celebrada, com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 01 de dezembro de 2014 ("RCA"), que aprovou (a) a presente Emissão, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) a Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

1.1.1. A RCA aprovou, dentre outras características da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), as Taxas Máximas das Debêntures (conforme definidas abaixo), tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a taxa final de Remuneração (conforme abaixo definido).

2. DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. O arquivamento da ata da RCA será realizado perante a JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A ata da RCA, após o arquivamento será publicada nos jornais "O Estado de S. Paulo", no "Hoje em Dia" e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A taxa final a ser utilizada para cálculo da Remuneração (conforme definido abaixo) bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, se aplicável, que serão apuradas por meio de procedimento de coleta de



intenções de investimentos, a ser conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures (“Procedimento de Bookbuilding”), deverão ser ratificadas por meio de aditamento a presente Escritura.

2.1.2. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da presente Emissão, após o registro desta Escritura, serão igualmente arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora nos jornais “O Estado de S. Paulo”, no “Hoje em Dia” e no Diário Oficial da União, conforme legislação em vigor.

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos serão arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEMG, tempestivamente após o referido registro, sendo certo que os registros na JUCEMG da presente Escritura será condição essencial para a integralização das Debêntures.

2.3. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.3.1. As Debêntures (conforme abaixo definida) serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76.

2.3.2. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“Código ANBIMA”), em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do Código ANBIMA, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita (“Comunicação de Encerramento”).

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.



3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) a administração de bens próprios; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos; e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a sétima emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em até duas séries, sendo as debêntures da primeira série doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série", as debêntures da segunda série denominadas "Debêntures da 2ª Série", e as Debêntures da 1ª Série conjuntamente com as Debêntures da 2ª Série denominadas "Debêntures".

3.3.2. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série será definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá por meio do Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo), de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta Restrita (conforme abaixo definido), descrito no item 3.6. desta Escritura. Após realização do Procedimento de *Bookbuilding* e apuração das demandas por cada uma das séries, poderão os Coordenadores, em conjunto com a Emissora, optar por não emitir uma das duas séries. Nesta hipótese, a totalidade das Debêntures será emitida em série única e as características desta serão idênticas as da série que se mostrou satisfatoriamente demandada.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados (i) ao alongamento do perfil da dívida da Emissora por meio do pagamento de dívidas de curto prazo e/ou (ii) reforço do capital de giro da emissora.

3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação do Banco Votorantim S.A. ("Coordenador Líder"), em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A. ("Coordenador") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores", instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Até Duas Séries, da Sétima Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

3.6.1.1. A garantia firme será prestada de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, conforme disposto no Contrato de Distribuição. A garantia firme será exercida por cada um dos Coordenadores com relação às Debêntures que não forem subscritas por Investidores Qualificados,



sendo certo que cada um dos Coordenadores terá a faculdade de escolher em qual série, se aplicável, a eventual garantia firme será exercida, pelas Taxas Máximas das Debêntures.

3.6.2. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409” e “Investidores Qualificados”, respectivamente), observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionados no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão, obrigatoriamente, subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures equivalentes a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, (i) os Coordenadores somente poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.3.1. Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item 3.6.3. acima.

3.6.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição das Debêntures descrito neste item 3.6.

3.6.4.1. Os Coordenadores e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.5. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, da Remuneração (conforme definida abaixo) e do número de Debêntures a serem alocadas em cada série.

3.6.6. O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 20 (vinte) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados da data de início da distribuição, considerando o pleno atendimento das condições precedentes dispostas no Contrato de Distribuição, observado o prazo de garantia firme e demais condições lá estabelecidas (“Prazo de Colocação”).

3.6.7. Ao final do Prazo de Colocação mencionado no item 3.6.6. acima, os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures não colocadas junto a Investidores Qualificados, até o limite da respectiva garantia firme, conforme previsto no Contrato de Distribuição, pelo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido).

3.6.8. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada perante a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (iii) efetuou a sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.6.9. Poderá ser concedido ágio ou deságio no Preço de Subscrição (conforme abaixo definido) aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita.



3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, em até duas séries. A alocação das Debêntures entre as séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o montante emitido em uma das séries deverá ser abatido do montante total da Emissão, definindo, portanto, o montante a ser emitido na outra série (“Sistema de Vasos Comunicantes”). Não haverá quantidade mínima de Debêntures ou valor mínimo para alocação entre as séries, sendo que qualquer uma das duas séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única e com as características da série que se mostrou satisfatoriamente demandada. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, incluindo a quantidade de Debêntures alocada em cada série, se aplicável, será objeto de aditamento a presente Escritura. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde já autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de aprovação societária ou de realização de AGD (conforme definida abaixo).

4.1.3. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 5 de dezembro de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.4. Prazos e Datas de Vencimento. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 5 de dezembro de 2017 (“Data de Vencimento 1ª Série”) e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 5 de dezembro de 2019 (“Data de Vencimento 2ª Série”, e em conjunto com a Data de Vencimento 1ª Série, as “Datas de Vencimento”). Nas respectivas Datas de Vencimento, ou nas hipóteses de vencimento antecipado, conforme descrito no item 5.1. abaixo, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal, nos termos da Cláusula 4.6 abaixo, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.2 abaixo. Na hipótese de emissão das Debêntures em série única, conforme disposto nos itens 3.3.2 e 4.1.2., acima, os prazos e vencimento destas deverão seguir as características da série que se mostrar satisfatoriamente demandada, conforme será definido no aditamento à presente Escritura.

4.1.5. Forma e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, não havendo emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será expedido um extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP que igualmente servirá como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado



nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

4.2. Atualização do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures

4.2.1. Atualização. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Remuneração. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, a serem definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *over extra grupo* - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxas máximas de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para as Debêntures da 1ª Série ("Taxa Máxima das Debêntures 1ª Série") e 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para as Debêntures da 2ª Série ("Taxa Máxima das Debêntures 2ª Série") e, em conjunto com a Taxa Máxima das Debêntures 1ª Série, as "Taxas Máximas das Debêntures", sendo certo que na hipótese de emissão das Debêntures em série única, conforme disposto nos itens 3.3.2 e 4.1.2., acima, a Remuneração destas deverá seguir as características da série que se mostrar satisfatoriamente demandada, conforme será definido no aditamento à presente Escritura, calculadas de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures (após conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*) calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;



$TDI_k =$ Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k =$ 1, 2, ..., n;

$DI_k =$ Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread Respectiva Remuneração das Debêntures (após conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*), na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, conforme o caso, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1 Considera-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na (i) Data de Emissão, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



4.2.4. A Remuneração será paga semestralmente nos meses de junho e dezembro, a partir da Data de Emissão, com o primeiro pagamento em 5 de junho de 2015 até a Data de Vencimento 1ª Série (inclusive), para as Debêntures da 1ª Série, e até a Data de Vencimento 2ª Série (inclusive), para as Debêntures da 2ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). A tabela abaixo indica cada uma das Datas de Pagamento da Remuneração:

Datas de Pagamento da Remuneração Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração Debêntures 2ª Série:
5 de junho de 2015	5 de junho de 2015
5 de dezembro de 2015	5 de dezembro de 2015
5 de junho de 2016	5 de junho de 2016
5 de dezembro de 2016	5 de dezembro de 2016
5 de junho de 2017	5 de junho de 2017
5 de dezembro de 2017	5 de dezembro de 2017
	5 de junho de 2018
	5 de dezembro de 2018
	5 de junho de 2019
	5 de dezembro de 2019

4.2.4.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.5. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará, sem a necessidade de aprovação societária adicional, conforme assim deliberada na RCA, os percentuais das Taxas Máximas das Debêntures que serão aplicáveis à Remuneração e a presente Escritura será devidamente aditada, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima.

4.3. Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa DI

4.3.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura) a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após o término do prazo acima referido de 10 (dez) dias consecutivos, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.3.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na AGD entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de



Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

4.3.4. Para os fins de fixação de quórum, entende-se por “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas; e (iii) fundos de investimento e previdência privada patrocinada pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e de seus parentes até o segundo grau.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.5. Subscrição

4.5.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do Prazo de Colocação, de acordo com o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM 476.

4.5.2. Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no item 3.6.9 (“Preço de Subscrição”).

4.5.3. Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após 90 (noventa) dias contados da sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado e observado o disposto na Instrução CVM 476.

4.6. Amortização

4.6.1. Amortização das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série será pago integralmente pela Emissora, em parcela única, na Data de Vencimento da 1ª Série (“Amortização 1ª Série”).

4.6.2. Amortização das Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série será pago pela Emissora em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas a partir do 4º (quarto) ano, inclusive, contado da Data de Emissão (“Amortização 2ª Série” e, em conjunto com a Amortização 1ª Série, a “Amortização”), na forma disposta no quadro abaixo:

Data	Percentual de Amortização do Valor Nominal
5 de dezembro de 2018	50,0000%
Data de Vencimento da 2ª Série	saldo do Valor Nominal

4.6.3. Na hipótese de emissão das Debêntures em série única, conforme disposto nos itens 3.3.2 e 4.1.2., acima, o cronograma de Amortização destas deverá seguir as características da série que se mostrar satisfatoriamente demandada, conforme será definido no aditamento à presente Escritura.



4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados através dos procedimentos do Escriturador Mandatário.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Para todos os fins desta escritura de emissão, considera-se “Dia Útil” (ou “Dias Úteis”), todo aquele com exceção de sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima, ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4. Não Comparecimento dos Debenturistas. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou do comunicado.

4.7.5. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. Aquisição Antecipada Facultativa

4.8.1. Será facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.2. As Debêntures adquiridas nos termos aqui previstos poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

4.8.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.



4.9. Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial

4.9.1. Não haverá possibilidade de resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja ele total ou parcial.

4.10. Comunicações

4.10.1. Publicação na Imprensa. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados nos jornais "O Estado de S. Paulo", "Hoje em Dia" e Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação no Dia Útil anterior da data da sua publicação. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante prévia comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e prévia publicação, na forma de aviso aos Debenturistas, nos jornais acima destacados.

4.10.2. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Raja Gabaglia, 2.720
Belo Horizonte – MG 30350-540
At.: Sr. Leonardo Guimarães Corrêa
Telefone: (31) 3348-7106
Fax: (31) 3348-7155
E-mail: ri@mrv.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304
Rio de Janeiro – RJ, 22640-102
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.

Núcleo administrativo Cidade de Deus s/nº., Vila Yara
Osasco - SP 06029-900
At.: Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-7654
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, 230, 10º e 11º andar



Rio de Janeiro - RJ 20031-919
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481
Site: www.cetip.com.br

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663 1º andar
Jardim Paulistano São Paulo - SP
CEP: 01452-001
Telefones: (11) 3111-1400 ou (11) 2138-4800
Fax: (11) 3111-1563

4.10.2.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama entregue nos endereços acima.

4.10.2.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

4.10.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

4.11. Liquidez e Estabilização

4.11.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.12. Fundo de Amortização

4.12.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.13. Classificação de Risco

4.13.1 As Debêntures serão objeto de classificação de risco (*rating*) em escala nacional pela Moody's América Latina, ou pela Fitch Ratings ou pela Standard & Poor's (“Agência Classificadora de Risco”) na Data de Emissão.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1. Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da



comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes, incompletas ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição;
- (iv) pedido de recuperação judicial, independente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (v) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (vi) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irreversível ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (viii) redução de capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (x) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xii) (1) incorporação, fusão ou cisão, da Emissora por quaisquer terceiros, incluindo incorporações de ações, e/ou (2) realização pela Emissora de qualquer reorganização societária, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim, conforme *quorum* estabelecido na Cláusula 8.4.1, exceto se a incorporação, fusão ou cisão (a) atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou (b) tiver por objetivo segregar as atividades da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ou sua sucessora e URBAMAIS Properties e



Participações S.A. ou suas sucessoras. As hipóteses previstas nos itens (1) e (2) acima não se aplicam: (x) às reorganizações societárias das quais participem exclusivamente a Emissora e suas subsidiárias, observado que tais operações societárias não poderão resultar em uma diminuição patrimonial da Emissora em mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido consolidado ou em sua extinção; e (y) incorporações totais ou de parcela cindida de sociedades em que a Emissora possua participação minoritária, desde que tais reorganizações societárias não resultem em perspectiva negativa ou de rebaixamento do *rating* da Emissão;

- (xiii) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (xvi) não manutenção dos seguintes índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados ou revisados pelos seus auditores, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos índices financeiros (“Índices Financeiros”). Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, para fins de acompanhamento em até 5 (cinco) Dias Úteis após as datas previstas na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR ou, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR, o que ocorrer primeiro, juntamente com relatório consolidado, preparado pela Emissora, bem como da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Executivo de Finanças, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A não manutenção pela Emissora de qualquer dos Índices Financeiros apenas em um dado trimestre não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que ocorra o reenquadramento nos 3 (três) trimestres imediatamente seguintes; caso seja apurado novo desenquadramento neste período subsequente no mesmo Índice Financeiro ou em outro Índice Financeiro qualquer, tal desenquadramento acarretará o vencimento antecipado automático, independente de em um dos índices ter ocorrido o primeiro desenquadramento:

$$a) \left(\frac{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) < 0,65$$



$$b) \left(\frac{\text{Recebíveis} + \text{Receita a Apropriar} + \text{Estoques}}{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar}} \right) > 1,6 \text{ ou } < 0$$

onde:

Dívida Líquida corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ou os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FI-FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido corresponde ao patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da Emissora, excluídos os valores da conta 'reservas de reavaliação', se houver.

Imóveis a Pagar corresponde ao somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentado na conta "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos" no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta.

Recebíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo da Emissora, refletidos nas demonstrações financeiras.

Receita a Apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não-concluídos, não refletidas no balanço patrimonial da Emissora em função das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estoques corresponde ao valor apresentado na conta 'estoques' do balanço patrimonial da Emissora.

Custo a Apropriar corresponde aos custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos.

- (xvii) transformação da forma societária da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- (xviii) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.5 desta Escritura; e
- (xix) alteração do objeto social da Emissora de forma a modificar sua atividade principal atualmente praticada ou seu setor de atuação.

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xvii) e (xviii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (vii), (xiii), (xiv), (xv), (xvi) e (xix) acima o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o *quorum* específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.1.5 abaixo.



5.1.4 Na hipótese de não ser aprovado em AGD o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.1.5 abaixo ou de sua não instalação em segunda convocação por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1.6 abaixo.

5.1.5 A AGD a que se refere a Cláusula 5.1.3 acima poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo.

5.1.6 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 4.10 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social ou em até 5 (cinco) úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; bem como; (2) declaração assinada pelo Diretor Executivo de Finanças, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (3) cópia de relatórios, preparados pela Emissora, demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, acompanhados de memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias úteis após a sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; bem como; (2) declaração assinada pelo Diretor Executivo de Finanças, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo



com o estatuto social; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora e (4) cópia de relatórios preparados pela Emissora demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, acompanhados de memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros do qual deverão constar os dados que serviram de suporte para a respectiva apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (c) as informações pertinentes à Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste normativo, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
 - (d) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.10.1 acima;
 - (e) em até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;
 - (f) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis contados da respectiva Data de Vencimento;
 - (g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua ocorrência;
 - (h) os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência Classificadora de Risco, conforme mencionada na alínea (xiv) abaixo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu recebimento pela Emissora
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (iii) manter os documentos mencionados na alínea (b) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
 - (v) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (vi) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;



- (vii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (viii) manter atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregá-las ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
- (ix) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica e financeira, seus resultados operacionais, suas atividades, sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xiv) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) Agência Classificadora de Risco; (b) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (c) Agente Fiduciário; e (d) o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (xv) contratar e manter contratadas até o vencimento da totalidade das Debêntures, às suas expensas, pelo menos uma Agência Classificadora de Risco para realizar a classificação de risco (rating) das Debêntures, devendo, ainda, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; e (b) divulgar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas os relatórios com as súmulas das classificações de risco;
- (xvi) aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito nesta Escritura;
- (xvii) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora e/ou relativos à Emissão, exceto na hipótese de tal prejuízo, dano ou perda ter sido comprovadamente causado de forma direta por dolo dos Debenturistas, conforme determinado por uma decisão judicial transitada em julgado;



- (xviii) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante a dever de sigilo e normas de conduta;
- (xix) divulgar em sua página na rede mundial de computadores os seus fatos relevantes, conforme definidos pelo artigo 2º da Instrução CVM 358 ao Agente Fiduciário;
- (xx) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:
- (a) balanço patrimonial;
 - (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
 - (c) demonstração do resultado do exercício;
 - (d) demonstração de fluxo de caixa;
 - (e) parecer da auditoria externa; e
 - (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- (xxi) manter atualizado o registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM bem como cumprir todas as obrigações descritas na Lei das Sociedades por Ações, Instrução CVM 480 (inclusive, mas não limitado à atualização do Formulário de Referência) e demais regulamentações aplicáveis;
- (xxii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”);
- (xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxiv) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à condução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à preparação da Emissão;
- (xxv) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
- (xxvi) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEMG tempestivamente após o seu registro; e
- (xxvii) cumprir, em conjunto com suas afiliadas, as leis, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, em especial dos termos da legislação ambiental e trabalhista em vigor.



7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28, bem como no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) constituir esta escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) ter delegado poderes bastante para tanto à pessoa que o representam na assinatura desta Escritura;
- (xi) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (xii) o Agente Fiduciário não presta serviços de agente fiduciário em nenhuma outra emissão de debêntures da Emissora ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do grupo econômico da Emissora, exceto: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("2ª Emissão da Log CP"), com vencimento em 18 de junho de 2019, em que foram emitidas 80 (oitenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo que até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão, mas não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na



data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Log CP eram garantidas por alienação fiduciária de imóvel e cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("3ª Emissão da Log CP"), com vencimento em 03 de junho de 2020, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão, mas não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Log CP eram garantidas por alienação fiduciária de imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e por escrituras de hipotecas conforme previsto na escritura de emissão; e (iii) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("4ª Emissão da Log CP"), com vencimento em 28 de fevereiro de 2019, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Log CP eram garantidas por escritura de hipoteca, conforme previsto na escritura de emissão; e atua e atuará de forma a assegurar tratamento equitativo a todos os titulares de debêntures emitidas pela Emissora.

7.2.1 O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 7.2 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do Prazo de Colocação, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.



7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, nos termos na Cláusula 2.2.1 acima, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação, bem como à publicação, constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (xii) fiscalizar o cumprimento, pela Emissora, da manutenção atualizada, pelo menos anualmente e até o vencimento das Debêntures, do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários, organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário necessários à realização do relatório aqui citado, nos prazos dispostos nas Cláusulas 5.1(xvi) e 6.1(i). O relatório aqui mencionado deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório; e
 - (c) na sede do Coordenador Líder.



- (xv) publicar às expensas da Emissora, na forma prevista na Cláusula 4.10.1, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na Cláusula 7.4 (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e/ou à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem qualquer solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) sem prejuízo do disposto na Cláusula 5 acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal das Debêntures elaborado pela Emissora, questionando-a em caso de divergência ou insuficiência, e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP e aos participantes do mercado, sempre que solicitado, ou através de sua central de atendimento e/ou de seu website; e
- (xxii) divulgar as informações referidas na alínea “j” do item “(xiii)” acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação falimentar;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação unânime das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pelos serviços de Agente Fiduciário. Tais parcelas serão



devidas 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;

- (ii) a remuneração prevista na alínea (i) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGPM") ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- (iv) as parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), excetuando-se o Imposto de Renda (IR) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração;
- (v) Os serviços cobertos pela remuneração prevista na cláusula 7.7 "i" são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.9. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.11. As despesas a que se refere à Cláusula 7.8 acima deverão ser comprovadas pelo Agente Fiduciário e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) locomoções entre Estados, alimentação, transportes e hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; (v) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; e (vi) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão.



7.12. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.13. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 4.7.3 desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGD, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



8.4.2. As deliberações da AGD relativamente a (i) alterações nas condições das Debêntures, incluindo, entre outras, Remuneração, espécie, prazo, Data de Vencimento, Amortização, resgate antecipado, vencimento antecipado, *quorums* e (ii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, deverão obter aprovação de Debenturistas representando pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito das AGD, observados os quoruns e procedimentos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido em respectiva AGD.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura e da ata da RCA na JUCEMG e (b) o registro das Debêntures na CETIP;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem



corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (x) a Emissora, suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto (i) por eventuais descumprimentos que não possam causar impacto adverso relevante na Emissora, sua condição financeira ou resultados operacionais, ou (ii) aqueles mencionados no Formulário de Referência;
- (xi) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, nas suas respectivas datas, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

9.2. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas.

10.3. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.6. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.7. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.



10.8. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei 5.865, de 11 de janeiro de 1975, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.9 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

10.10. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

11. LEI E FORO

11.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

11.2. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2014.


[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
SEGUem páginas de assinatura]

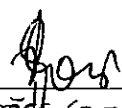
2
2
2



Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, da MRV Engenharia e Participações S.A.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.


Por: José Adib Tome Simão
Cargo: Diretor Executivo


Por: Leonardo Guimarães Corrêa
Cargo: Diretor Executivo

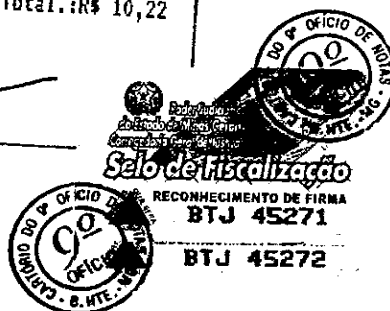
CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (31) 3247-3535
Tabelião: Walquíria Maria Graciano Machado Rabelo

9º Ofício de Notas

Reconheço a semelhança das(2) firmas de: JOSE ADIB TOME
SIMÃO e LEONARDO GUIMARÃES CORREIA

Emol: R\$ 7,36 Recomp: R\$ 0,44 TFJ: R\$ 2,42 Total.: R\$ 10,22
Dou fe. Em testemunho da verdade.
Belo Horizonte-MG 10/12/2014 14:04

Alberto Marques da Silva, Estrevente







Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, da MRV Engenharia e Participações S.A.

33
34

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Por: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

✓

✗

✓



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5427967 em 12/12/2014 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 148041302 - 09/12/2014. Autenticação: 17F777CB6AD1E8D2655DB75E2E3BC9136B4A8FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/804.130-2 e o código de segurança 8Q7H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/12/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, da MRV Engenharia e Participações S.A

Testemunhas

1. Eduardo de Sousa Tomich
Nome:
RG:
Eduardo de Sousa Tomich
OAB/MG 119.881
CPF: 002.319.036-18

2. Rafaela R. Zauli Lessa
Nome:
RG: **MG15029794**
Rafaela R. Zauli Lessa
OAB/MG - 150.395

